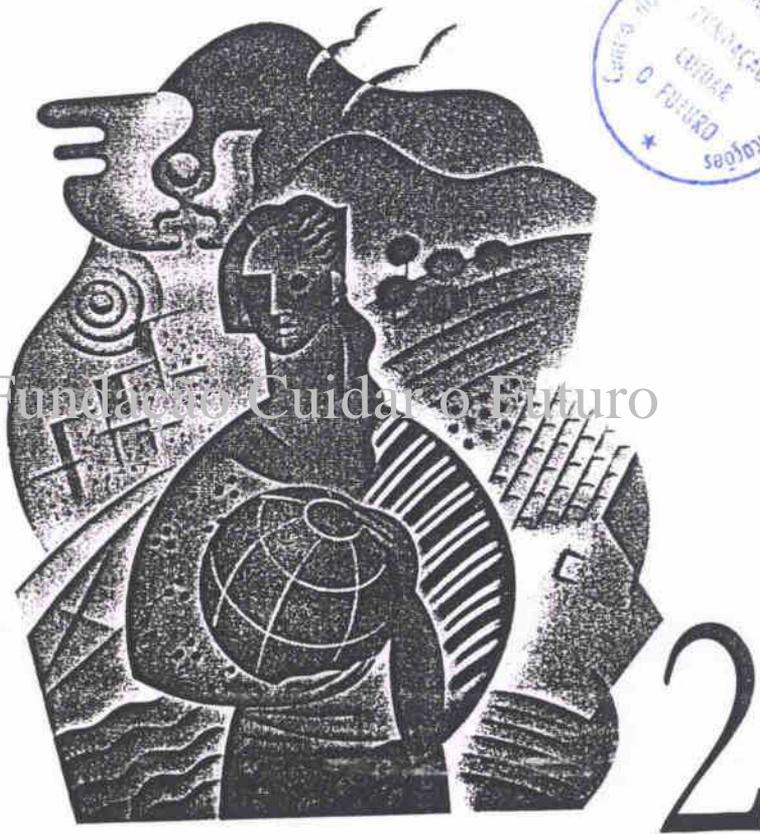


AGENDA GLOBAL

PLATAFORMA DE ACÇÃO DE PEQUIM



Fundação Cuidar o Futuro



COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

associações de empregadores e de trabalhadores, medidas adequadas para que mulheres e homens possam gozar licenças temporárias, usufruam de mobilidade no emprego e de esquemas de reforma e reorganizem o horário de trabalho sem sacrifício das suas perspectivas de promoção profissional e de carreira;

- b) Elaborar e ministrar programas educativos, através de campanhas inovadoras nos meios de comunicação, e programas educativos para a escola e para a comunidade, que aumentem a sensibilidade para a igualdade entre os sexos e para papéis não estereotipados das mulheres e dos homens na família; proporcionar infra-estruturas e serviços tais como guarda de crianças no local de trabalho e horários de trabalho flexíveis;
- c) Promulgar e aplicar leis para lutar contra o assédio sexual e outras formas de assédio em todos os locais de trabalho.

G. As mulheres no poder e na tomada de decisão

181. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que qualquer pessoa tem o direito de participar no governo do seu país. O empoderamento e a autonomia das mulheres e a melhoria do seu estatuto social, económico e político são fundamentais para a concretização da transparência e da responsabilização dos governos e da administração pública, e para o desenvolvimento sustentável, em todas as esferas da vida. As relações de poder que impedem as mulheres de se realizarem plenamente funcionam a muitos níveis da sociedade, desde o mais pessoal ao mais público. A realização do objectivo da igualdade de participação das mulheres e dos homens na tomada de decisões dará origem a um equilíbrio que reflecte mais correctamente a composição da sociedade e que é necessário para reforçar a democracia e promover o seu correcto funcionamento. A igualdade na adopção de decisões políticas desempenha uma função motora sem a qual será muito difícil a efectiva integração da perspectiva da igualdade na formulação de políticas governamentais. Neste sentido, a participação das mulheres em igualdade na vida política desempenha

um papel crucial no progresso do estatuto das mulheres. A igual participação das mulheres na tomada de decisão é, não só, uma exigência de justiça e de democracia, mas também uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam tidos em conta. Sem a participação activa das mulheres e a incorporação das suas perspectivas a todos os níveis da tomada de decisão, os objectivos da igualdade, do desenvolvimento e da paz não poderão ser alcançados.

182. Apesar do generalizado movimento de democratização na maioria dos países, as mulheres estão largamente subrepresentadas em quase todos os níveis do governo, sobretudo ao nível de ministérios e outros órgãos executivos, e os progressos foram escassos no que respeita ao poder político nos órgãos legislativos, ou no cumprimento dos objectivos aprovados pelo Conselho Económico e Social que visavam atingir 30% de mulheres em postos de decisão em 1995. Globalmente, apenas 10% dos membros dos órgãos legislativos e uma percentagem mais baixa dos cargos ministeriais são actualmente ocupados por mulheres. De facto, alguns países, incluindo aqueles que estão a passar por mudanças políticas, económicas e sociais fundamentais, sofreram uma diminuição significativa do número de mulheres representadas nos órgãos legislativos. Embora as mulheres constituam pelo menos metade do eleitorado de quase todos os países e tenham adquirido o direito de votar e de desempenhar cargos públicos em quase todos os Estados-membros das Nações Unidas, continuam a estar seriamente subrepresentadas entre os candidatos a cargos públicos. Os padrões tradicionais de trabalho de muitos partidos políticos e as estruturas governamentais continuam a ser barreiras à participação das mulheres na vida pública. As atitudes e práticas discriminatórias, as responsabilidades familiares e os altos custos decorrentes de tentar ocupar e de deter cargos públicos, podem desencorajar as mulheres a assumir cargos políticos. As mulheres que estão na política e na tomada de decisão, nos governos e nos órgãos legislativos contribuem para a redefinição de prioridades políticas ao incluírem na agenda política temas novos que reflectem e têm em conta preocupações, valores e experiências específicas da sua vivência e proporcionam novas perspectivas sobre questões políticas dominantes.



183. As mulheres têm demonstrado uma considerável capacidade de liderança em organizações locais e não formais, bem como em cargos públicos. Contudo, a socialização de mulheres e homens, bem como os estereótipos negativos, incluindo os estereótipos difundidos através dos meios de comunicação social, reforçam a tendência para que a esfera da decisão permaneça um domínio masculino. Do mesmo modo, a subrepresentação das mulheres em postos de decisão nos campos da arte, da cultura, do desporto, dos meios de comunicação social, da educação, da religião e do direito, têm-nas impedido de dar um contributo significativo para muitas instituições de relevo.

184. Devido ao seu acesso limitado aos canais tradicionais do poder, tais como os órgãos de tomada de decisão dos partidos políticos, as organizações patronais e os sindicatos, as mulheres conseguiram aceder ao poder através de estruturas alternativas, em particular no sector das organizações não governamentais. Através das organizações não governamentais e das organizações locais as mulheres conseguiram dar expressão aos seus interesses e preocupações e incluir as questões relativas às mulheres nas prioridades nacionais, regionais e internacionais.

185. A desigualdade na esfera pública começa muitas vezes por atitudes e práticas discriminatórias e nas relações de poder entre mulheres e homens no seio da família, tal como está definido no parágrafo 29 supra. A desigualdade na divisão do trabalho e das responsabilidades domésticas, que decorre de relações de poder desiguais, também limita a capacidade das mulheres para encontrarem tempo e desenvolverem as aptidões necessárias para a participação na tomada de decisão em *fora* públicos mais alargados. Uma partilha mais igualitária dessas responsabilidades entre mulheres e homens, não só proporciona uma melhor qualidade de vida às mulheres e suas filhas, como também lhes proporciona mais oportunidades para influenciar e conceber políticas, práticas e despesas públicas, que possam reflectir e ter em conta os seus interesses. As redes informais e os padrões de tomada de decisão, ao nível das comunidades locais, que reflectem uma ética masculina dominante, restringem a capacidade das mulheres participarem em pé de igualdade na vida política, económica e social.

186. A reduzida proporção de mulheres entre os responsáveis pela tomada de decisão económica e política aos níveis local, nacional, regional e internacional resulta de barreiras tanto estruturais como ideológicas que devem ser superadas através de medidas de acção positiva. Os governos, as empresas transnacionais e nacionais, os meios de comunicação de massas, os bancos, as instituições académicas e científicas e as organizações regionais e internacionais, incluindo as do sistema das Nações Unidas, não aproveitam plenamente os talentos das mulheres na alta administração, na formulação de políticas, na diplomacia e nas negociações.

187. A distribuição equitativa do poder e da tomada de decisão, a todos os níveis, depende de os governos e outros implicados realizarem análises estatísticas baseadas no género e incorporarem uma perspectiva de género no processo de formulação de políticas e de execução de programas. A igualdade na tomada de decisão é essencial para o empoderamento das mulheres. Em alguns países, a adopção de medidas de acção positivas conduziram a uma representação de 33,3%, ou mais, de mulheres nos governos locais e nacionais.

188. As instituições nacionais, regionais e internacionais de estatística ainda não têm conhecimentos suficientes quanto à forma de apresentar as questões relacionadas com a igualdade de tratamento das mulheres e dos homens nas esferas económica e social. Há, em particular, uma utilização insuficiente das bases de dados e das metodologias existentes na importante esfera da tomada de decisão.

189. Ao abordar a questão da desigualdade entre as mulheres e os homens na partilha do exercício do poder e na tomada de decisão a todos os níveis, os Governos e outros implicados deveriam promover uma política activa e visível de incorporação da perspectiva de género em todas as políticas e programas, de modo a que, antes das decisões serem tomadas, se analisem os seus efeitos nas mulheres e nos homens, respectivamente.

